

“Ter uma economia alimentada a energia verde não pode ser um cheque branco para produzir e consumir tal como fazemos hoje”

16 de Abril, 2021

Durante as últimas décadas, a palavra sustentabilidade tem sido usada tantas vezes e aplicada em tantos contextos que se corre o risco de por um lado, esvaziar-se o seu significado e, por outro lado, ser mal utilizada ou mesmo mal aplicada. A frase pertence a **Inês dos Santos Costa**, secretária de Estado do Ambiente, que falou esta quinta-feira, dia 15 de abril, na cerimónia final do **Prémio Nacional de Sustentabilidade**, uma iniciativa do **Jornal de Negócios**.

Para a secretária de Estado, pensar em sustentabilidade exige pensar numa “nova forma de a visualizar e de a entender”, isto é “não como um alinhamento momentâneo mas como um organismo vivo com vasos comunicantes entre sociedade, economia e ambiente”. Aliás, “o gráfico da oferta e da procura não flutua no infinito”, vinca, destacando que o “círculo do sistema natural limita e subsidia a sociedade e a economia”. Portanto, “um economista, um gestor ou um decisor que não entenda essa relação não é um economista, um gestor e um decisor que possa atender os desafios a que já estamos sujeitos”, defende.

Um outro fator que apela à reflexão tem que ver precisamente com os vasos comunicantes: “Temos que perceber que há uma tendência de reduzir os temas de sustentabilidade ao combate às alterações climáticas na vertente da transição de energias de fósseis para renováveis, de mais intensas para menos intensas em carbono, em questões tecnológicas ou em questões como seja a eficiência”. E se é possível ter um país rico economicamente e, em simultâneo, que reduza as suas emissões, Inês Costa lembra o último relatório europeu: “A União Europeia reduziu as emissões em 3,7% e o PIB subiu 1,5%. E Portugal foi o país que liderou esse fosso”. No entanto, se se transformassem por completo todos os sistemas de energia a resposta poderia ser outra: “Ter uma economia ou uma mobilidade alimentada a energia verde não pode ser um cheque branco para produzir e consumir tal como fazemos hoje”, alerta. Por isso, “temos de facto de passar de um modelo económico linear e de uma visão economicista para uma abordagem mais justa e circular ao nosso desenvolvimento económico”, assenta.

Por fim, se todos interagem para contribuir para um “sistemas mais sustentável” que permita “garantir as bases” de bem-estar social e a possibilidade “prosperar dentro dos limites do sistema natural”, Inês Costa atenta na necessidade de se evoluir de um sistema de desenvolvimento de políticas públicas: “No desafio de vencer a sustentabilidade todos nós temos um papel a desempenhar”. E fixar as “responsabilidades nos extremos”, quer seja no governo, quer seja no consumidor, não é o correto: “É difícil para os Governos com ciclos curtos de governação assumir compromissos de longo prazo, existindo pressões de curto prazo. E o consumidor não está na sala de decisão

quando uma empresa decide produzir uma embalagem feita de três materiais diferentes ou que decide descontinuar peças de recuperação”, exemplifica.

Na visão da secretária de Estado do Ambiente, há sempre um momento no sistema em que se pode ter a “visão de sustentabilidade” que é exigida, sendo que a “ação individual e local” tem o “poder transformador da familiaridade social”. Mas, “mudar o modelo económico exige políticas ousadas, gestores modernos e transformação industrial”, sendo vital que tais “responsabilidades não sejam transferíveis”, remata.